

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	40
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	672.970.705
Preferenciais	0
Total	672.970.705
Em Tesouraria	
Ordinárias	207.793
Preferenciais	0
Total	207.793

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2011	Dividendo	16/08/2011	Ordinária		0,81214
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2011	Ordinária		0,04056

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	25.304.925	22.979.256
1.01	Ativo Circulante	24.845.731	22.556.582
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	157.901	152.609
1.01.01.01	Recursos em Bancos e em Caixa	5.404	17.144
1.01.01.02	Depositos Bancários de Curto Prazo	152.497	135.465
1.01.03	Contas a Receber	24.682.166	22.399.208
1.01.03.01	Clientes	112.819	99.480
1.01.03.01.01	Aluguel de equipamentos	85.173	82.809
1.01.03.01.02	Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a recer de estabelecimentos	16.912	15.232
1.01.03.01.03	Mastecard Brasil soluções de pagamento Ltda	6.322	7.829
1.01.03.01.04	Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	12.924	6.005
1.01.03.01.05	Outros Serviços prestados a estabelecimentos	5.484	4.504
1.01.03.01.06	Provisão para impairment	-13.996	-16.899
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.569.347	22.299.728
1.01.03.02.01	Bancos Emissores	24.569.347	22.299.728
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.707	1.708
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.957	3.057
1.01.08.03	Outros	3.957	3.057
1.01.08.03.01	Adiantamento a terceiros e funcionários	3.957	3.057
1.02	Ativo Não Circulante	459.194	422.674
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.273	74.985
1.02.01.06	Tributos Diferidos	76.720	60.693
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.720	60.693
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.553	14.292
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	13.553	14.292
1.02.03	Imobilizado	299.412	286.576
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	288.113	284.435
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	842.511	756.074
1.02.03.01.02	Depreciação	-554.398	-471.639
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	11.299	2.141
1.02.04	Intangível	69.509	61.113
1.02.04.01	Intangíveis	69.509	61.113
1.02.04.01.02	Intangíveis	97.862	78.972
1.02.04.01.03	Amortização	-28.353	-17.859

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	25.304.925	22.979.256
2.01	Passivo Circulante	24.111.044	21.553.170
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.737	45.519
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	50.737	45.519
2.01.01.02.01	Encargos sociais a pagar	3.300	2.899
2.01.01.02.02	FGTS a recolher	644	856
2.01.01.02.03	Contribuição sindical a recolher	67	3
2.01.01.02.04	Provisão para férias	12.618	14.044
2.01.01.02.05	Participação nos resultados	27.399	27.717
2.01.01.02.06	Provisão para 13 salário	6.709	0
2.01.02	Fornecedores	31.881	28.664
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.881	28.664
2.01.03	Obrigações Fiscais	197.516	176.363
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	195.176	173.474
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	171.248	143.273
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	23.928	30.201
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.340	2.889
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.316.873	967.362
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.316.873	967.362
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.316.873	967.362
2.01.05	Outras Obrigações	21.514.037	20.335.262
2.01.05.02	Outros	21.514.037	20.335.262
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12	22.560
2.01.05.02.04	Contas a Pagar a Estabelecimentos	21.291.287	20.143.418
2.01.05.02.05	Valores a Repassar as Bandeiras	43.669	45.315
2.01.05.02.06	Valores a Repassar aos Bancos Domiciliadores	19.571	22.153
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	159.498	101.816
2.02	Passivo Não Circulante	29.681	25.521
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.332	559
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	415	559
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	415	559
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	917	0
2.02.01.03.01	Fornecedores	917	0
2.02.04	Provisões	28.349	24.962
2.02.04.02	Outras Provisões	28.349	24.962
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	28.349	24.962
2.03	Patrimônio Líquido	1.164.200	1.400.565
2.03.01	Capital Social Realizado	568.261	568.261
2.03.04	Reservas de Lucros	265.782	832.304
2.03.04.01	Reserva Legal	113.652	69.998
2.03.04.02	Reserva Estatutária	150.884	150.900
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	612.788
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5.517	-5.587
2.03.04.10	Ajustes de avaliação patrimonial - Plano de opção de ações	6.763	4.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	330.157	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	702.383	1.992.465	662.432	1.939.616
3.01.01	Crédito	359.896	1.033.483	341.949	986.472
3.01.02	Debito	123.089	343.639	96.021	280.114
3.01.03	Aluguel de Equipamentos	175.205	492.707	190.262	577.717
3.01.04	Outros	44.193	122.636	34.200	95.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-198.910	-613.968	-170.897	-460.656
3.02.01	Captura e Processamento	-63.448	-186.463	-52.408	-149.358
3.02.02	Credenciamento e atendimento ao cliente	-90.757	-299.480	-84.409	-214.888
3.02.03	Depreciação e amortização	-44.705	-128.025	-34.080	-96.410
3.03	Resultado Bruto	503.473	1.378.497	491.535	1.478.960
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-147.822	-432.380	-144.935	-365.859
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-125.442	-385.988	-127.895	-337.440
3.04.02.01	Pessoal	-64.163	-202.949	-61.217	-155.518
3.04.02.02	Administrativas	-32.870	-105.023	-33.891	-95.728
3.04.02.03	Marketing	-18.310	-45.248	-26.168	-64.804
3.04.02.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-10.099	-32.768	-6.619	-21.390
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	704	1.434
3.04.04.03	Outras Receitas	0	0	704	1.434
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22.380	-46.392	-17.744	-29.853
3.04.05.01	Incentivos Fiscais	-4.504	-12.196	-4.625	-12.853
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.529	-7.400	-2.831	-7.108
3.04.05.03	Parcerias com bancos domiciliadores	-7.721	-17.256	-6.882	-6.882
3.04.05.05	Outras Receitas	2.829	8.989	1.171	6.215
3.04.05.06	Outras Despesas	-10.455	-18.529	-4.577	-9.225
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	355.651	946.117	346.600	1.113.101
3.06	Resultado Financeiro	161.236	467.710	139.379	453.596
3.06.01	Receitas Financeiras	242.041	725.641	225.561	650.739
3.06.01.01	Antecipação de recebíveis	236.668	693.366	221.126	636.764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.06.01.02	Juros sobre aplicação Financeira	4.489	16.902	3.531	9.080
3.06.01.03	Outras Receitas Financeiras	884	15.373	904	4.895
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.805	-257.931	-86.182	-197.143
3.06.02.01	Descontos concedidos	-9.404	-75.892	-60.671	-151.101
3.06.02.02	Juros sobre empréstimos	-71.143	-165.250	-25.511	-46.042
3.06.02.03	Outras despesas financeiras	-258	-16.789	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	516.887	1.413.827	485.979	1.566.697
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-173.269	-466.346	-161.874	-515.454
3.08.01	Corrente	-180.229	-482.373	-181.834	-540.537
3.08.02	Diferido	6.960	16.027	19.960	25.083
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	343.618	947.481	324.105	1.051.243
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	343.618	947.481	324.105	1.051.243
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,51080	1,40830	0,48170	1,56260
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,51080	1,40830	0,48170	1,56260

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	182.010	852.133
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.708.881	1.706.977
6.01.01.01	Lucro Antes do imposto de Renda e Contribuição Social	1.413.827	1.566.697
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	135.425	103.518
6.01.01.03	Resultado na Venda do Imobilizado	32	-1.434
6.01.01.04	Plano de Opção de ações	2.558	1.253
6.01.01.05	Juros sobre Notas Promissórias	148.310	32.145
6.01.01.06	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	8.194	4.798
6.01.01.07	Juros sobre Arrendamento Financeiro	535	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.072.466	-326.352
6.01.02.01	Contas a Receber de Bancos Emissores e Outras Contas a Receber	-2.282.958	-835.770
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	739	-353
6.01.02.03	Despesas Antecipadas e Adiantamentos	-899	19.977
6.01.02.04	Contas a Pagar Estabelecimentos	1.147.868	414.392
6.01.02.05	Valores a Repassar as Bandeiras	-1.645	608
6.01.02.06	Valores a Repassar a Bancos Domiciliadores	-2.582	26.217
6.01.02.07	Fornecedores	7.548	5.651
6.01.02.08	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	5.219	8.330
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	57.680	44.273
6.01.02.10	Tributos a Pagar	-6.823	-12.386
6.01.02.11	Provisões para Contingências	3.387	2.709
6.01.03	Outros	-454.405	-528.492
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	-454.405	-528.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.688	-150.223
6.02.02	Recursos Provenientes da Alienação de Investimentos	6.749	2.802
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-163.437	-153.025
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.030	-695.601
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-5.689	767
6.03.02	Notas Promissórias	1.198.552	724.000
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-1.209.014	-1.417.290
6.03.04	Ações em Tesouraria - Recompra	0	-4.352
6.03.05	Ações em Tesouraria - Venda	71	1.274
6.03.06	Pagamento fornecedores - Arrendamento Financeiro	-3.950	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.292	6.309
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152.609	131.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	157.901	137.397

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-610.176	-573.670	0	-1.183.846
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	2.558	0	0	2.558
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	54	0	0	54
5.04.06	Dividendos	0	0	-612.788	-546.383	0	-1.159.171
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.287	0	-27.287
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	903.827	0	903.827
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	903.827	0	903.827
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	43.654	0	0	43.654
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	43.654	0	0	43.654
5.07	Saldos Finais	568.261	0	265.782	330.157	0	1.164.200

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.551	0	953.631	0	0	1.427.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.551	0	953.631	0	0	1.427.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-709.920	-690.782	0	-1.400.702
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	1.253	0	0	1.253
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-12.362	0	0	-12.362
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	9.283	0	0	9.283
5.04.06	Dividendos	0	0	-708.094	-664.483	0	-1.372.577
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-26.299	0	-26.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.051.243	0	1.051.243
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.051.243	0	1.051.243
5.07	Saldos Finais	473.551	0	243.711	360.461	0	1.077.723

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.129.965	2.087.624
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.162.764	2.107.580
7.01.02	Outras Receitas	-31	1.434
7.01.02.01	Alienação de Imobilizado e Investimento	-31	1.434
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-32.768	-21.390
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-666.747	-542.722
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-485.943	-364.246
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-180.804	-178.476
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.463.218	1.544.902
7.04	Retenções	-135.425	-103.518
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-135.425	-103.518
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.327.793	1.441.384
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	467.710	453.596
7.06.02	Receitas Financeiras	467.710	453.596
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.795.503	1.894.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.795.503	1.894.980
7.08.01	Pessoal	175.900	133.348
7.08.01.01	Remuneração Direta	139.943	106.781
7.08.01.02	Benefícios	28.355	18.998
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.602	7.569
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	664.051	705.476
7.08.02.01	Federais	643.322	691.189
7.08.02.03	Municipais	20.729	14.287
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.071	4.913
7.08.03.02	Aluguéis	8.071	4.913
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	947.481	1.051.243
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	27.287	26.299
7.08.04.02	Dividendos	576.576	700.839
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	343.618	324.105

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais da Redecard S.A. relativas a 30 de setembro de 2011, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM, e com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards" – IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standard Board" – IASB, as interpretações do Comitê de Pronunciamentos das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee" – IFRIC), acompanhados do relatório de revisão limitada dos Auditores Independentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

O quadro de moderação do crescimento econômico no Brasil continua a preponderar, após a forte recuperação verificada em 2010. O relatório Focus, do Banco Central, apresentou redução da projeção para o crescimento do PIB em 2011, que passou a 3,5%. A desaceleração na atividade doméstica pode ser atribuída, principalmente, ao aperto da política monetária, que compreendeu medidas que restringiram os recursos à disposição dos bancos para crédito e aumentaram a taxa de juros básica (Selic) entre janeiro e julho de 2011.

Números do IBGE apontam que o volume de vendas do comércio varejista acumulou crescimento de 7,3% entre janeiro e julho, na comparação com igual período de 2010 – um ritmo de alta ainda expressivo, mas inferior ao do ano passado (alta de 10,9% sobre 2009). Estima-se que as vendas fecharão o ano com expansão próxima de 7% sobre 2010. O mercado de trabalho segue apresentando dados positivos, mas nos últimos meses tanto o ritmo de geração de empregos como os ganhos reais dos salários deram sinais de acomodação.

No cenário internacional, verificou-se aumento do risco de nova recessão em vários países desenvolvidos. Agravou-se a incerteza quanto às dificuldades de vários países europeus para renovarem suas dívidas, e em paralelo as principais economias avançadas revelaram perda de dinamismo. Isso levou a reduções nas projeções de crescimento para a economia global neste ano e também para o próximo. A política monetária nos países emergentes, que vinha sendo austera para conter pressões inflacionárias, mudou frente a essa nova conjuntura: o aumento de juros foi interrompido em alguns países, e em outros (entre os quais o Brasil) já despontaram medidas de relaxamento monetário.

PANORAMA SETORIAL

A indústria brasileira de meios eletrônicos de pagamentos completou neste terceiro trimestre de 2011, um ano de atividade sob o arcabouço de abertura de mercado e novo ambiente concorrencial. Como resultado, verifica-se uma maior participação de novas empresas no setor, com a entrada de novas credenciadoras e a ampliação do portfólio das empresas já existentes.

De acordo com os dados preliminares da ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), o setor movimentou R\$ 165,4 bilhões nesse 3T11. Segundo as projeções da ABECS para o volume financeiro de operações de crédito e débito no 3T11, estima-se um crescimento de 20,9% em relação ao realizado no mesmo trimestre do ano anterior. A previsão de crescimento do volume financeiro das transações de crédito e débito para o ano 2011 é de 23,1%, já a previsão de crescimento para o número de transações de crédito e débito está em 17,1%.

DESEMPENHO DA COMPANHIA

Neste trimestre em que o novo ambiente concorrencial completou seu primeiro ciclo de um ano, a Redecard evoluiu no modelo de rede de serviços para agregar valor aos Clientes e implementou uma nova segmentação de Clientes. Com isso, expandiu a sua base de estabelecimentos e ampliou sua participação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, com o desafio e foco em excelência operacional e controle de custos.

Comentário do Desempenho

A Companhia deu continuidade a importantes projetos voltados para a eficiência operacional, como a revisão de processos internos e na cadeia de suprimentos, e apresenta uma nova estrutura organizacional com Diretorias Executivas e Comitês revisados, além de equipes de diversas áreas sendo reestruturadas a fim de obter maior integração e agilidade.

Como parte da estratégia de rede de serviços, nesse trimestre a Redecard passou a capturar em seus terminais o programa Quilômetros de Vantagens, em parceria com a Ipiranga S.A.

Em 16 de agosto, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos aos acionistas referentes aos resultados do primeiro semestre deste ano, no montante de R\$ 546,4 milhões, equivalente à R\$ 0,8121 por ação (com exceção das ações mantidas em tesouraria).

RESULTADO OPERACIONAL

3º TRIMESTRE DE 2011

A Redecard capturou R\$ 58,5 bilhões em transações com cartões de crédito e débito no 3T11, representando aumento de 29,0% sobre o registrado no mesmo período de 2010 e aumento de 5% em relação ao 2T11.

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 343,6 milhões no 3T11, representando crescimento de 6,0% em relação ao 3T10 e crescimento de 6,5% em relação ao 2T11. A margem líquida foi de 48,9% no 3T11 igual ao 3T10 e a 47,9% no 2T11.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 702,4 milhões, representando crescimento de 6,0% sobre o mesmo trimestre do ano anterior e aumento de 4,2% em relação ao 2T11.

Os custos totais dos serviços prestados totalizaram R\$ 198,9 milhões no 3T11 e apresentaram elevação de R\$ 28,0 milhões ou 16,4% em relação ao 3T10, decorrente de (i) maior número de transações de crédito e débito, maior quantidade de equipamentos instalados, aumento na quantidade de equipamentos sem fio e maior número de ligações no atendimento; (ii) novas iniciativas, como a evolução de sistemas anti-fraude para a captura da bandeira Visa.

Em relação ao 2T11, os custos totais dos serviços prestados apresentaram redução de R\$ 18,4 milhões ou 8,5% decorrente de (i) novas iniciativas, como a nova estratégia de credenciamento e evolução de sistemas anti fraude para captura da bandeira Visa e (ii) estratégia de serviços aos Clientes.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 147,8 milhões no 3T11 e apresentaram crescimento de R\$ 2,2 milhões ou 1,5% em relação ao 3T10, decorrente de (i) aumento do volume de transações de crédito e débito (ii) reestruturação organizacional e acordo coletivo e (iii) concentração de despesas em Marketing Institucional e Trading Marketing.

Em comparação ao 2T11, as Despesas Operacionais apresentaram aumento de 2,7% ou R\$ 3,9 milhões, decorrente do incremento das despesas de Marketing.

SUSTENTABILIDADE

Em setembro, a Redecard foi selecionada, pelo terceiro ano consecutivo, para compor a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (Dow Jones Sustainability World Index – DJSI). A carteira do DJSI 2011/2012 é formada por um seleto grupo de 342 empresas de 30 países das Américas, Europa, Ásia e África, sendo apenas 8 delas brasileiras, incluindo também a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding, esta última empresa controladora da Redecard. Essa conquista reforça o compromisso da Companhia com a conduta transparente nos negócios e com boas práticas de governança corporativa e responsabilidade socioambiental, sendo reconhecidas internacionalmente pelo mercado de capitais.

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

INCENTIVO À CULTURA, ESPORTE E À AÇÃO SOCIAL

Comentário do Desempenho

No terceiro trimestre de 2011, a Companhia investiu R\$ 3 milhões por meio de leis de incentivo ao desenvolvimento da cultura, com destaque para o patrocínio ao “Rock In Rio” e a turnê brasileira do “Sky Mirage”, do Circo da China. Além disso, o esporte também recebeu investimentos da Redecard através da lei de incentivo ao esporte (Lei do Desporto Amador), num total de R\$ 760 mil, com destaque para o patrocínio ao “Brazil Sports Show”, feira de esportes radicais e o patrocínio à fase final da Liga de Futsal. Adicionalmente, a Companhia investiu R\$ 745 mil em projetos sociais incentivados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com destaque para a Associação de Assistência a Criança Deficiente (AACD) e o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC).

INSTITUTO REDECARD

No seu segundo ano de atividade, o Instituto Redecard reafirma o compromisso da Redecard com a sociedade, por meio do desenvolvimento de ações e parcerias que fomentam o empreendedorismo. Em agosto de 2011, o Instituto relançou o Programa Empreendedorismo Social, em parceria com o Instituto GESC. No novo formato, o programa, que contribuiu para sustentabilidade financeira de organizações sociais, estabelece critérios de seleção para as ONGs participantes, buscando sobretudo impacto social e abrangência nacional ou regional. Atendendo a todos os critérios, a organização selecionada para essa edição foi as Aldeias Infantis SOS Brasil. No novo modelo também, o programa conta com o apoio de 9 trainees da Redecard, como consultores sociais da ONG para elaboração do plano de ação. O Instituto Redecard também firmou nova parceria com a organização Artemísia, para apoiar o programa “Aceleradora de Impacto”, que qualifica jovens empreendedores sociais para atrair investimentos.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Melhores Empresas Para começar a Carreira

A Redecard conquistou o 5º lugar no ranking da primeira edição da Revista Você S/A – As melhores Empresas para Começar a Carreira. Esta é a única pesquisa do mundo voltada exclusivamente ao público jovem e avalia o ambiente de trabalho, as práticas e políticas de gestão de pessoas focadas nestes profissionais.

As 150 Melhores Empresas Para Você Trabalhar

A Redecard, pela 10ª vez, foi eleita uma das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil pela Você S/A Exame, principal ranking do gênero publicado no país. Participar deste ranking reforça a marca Redecard no meio corporativo e reconhece as práticas em Recursos Humanos para estratégia de gestão e desenvolvimento da liderança.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA AUDITORIA INDEPENDENTE

Durante o 3T11 a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Companhia atende à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes à mesma companhia aberta.

No trimestre, os auditores independentes e as partes a eles relacionadas não prestaram outros serviços além dos relacionados à auditoria externa.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBovespa, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e a preferência dos nossos clientes e a confiança de nossos acionistas.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A REDECARD S.A. (Companhia), empresa controlada pelo Itaú Unibanco Holding S.A., possui sede na Avenida Marcos Penteados de Uihôa Rodrigues nº 939, loja 1 – 12º ao 14º andar, Tamboré, município de Barueri no Estado de São Paulo. Iniciou suas operações em 1º de novembro de 1996, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 11 de julho de 2007, tendo como objeto principal a operação de aquisição das transações com os cartões de crédito das bandeiras MasterCard®, MasterCard Electronic® e Diners Club International®, e com os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro® e Redeshop. A partir de 1º de julho de 2010, a Redecard, passou a atuar como um membro Visa e iniciou a captura dessa bandeira na modalidade de débito e crédito. Em 12 de maio de 2010, a Redecard fechou acordo operacional com o Hipercard Banco Múltiplo S.A., e em 08 de setembro de 2010, passou a capturar a bandeira Hipercard. Atualmente, a Redecard possui em seu portfólio 13 bandeiras de cartões de crédito e débito, 10 de cartões de benefícios (*vouchers*) e 2 bandeiras de cartões de crédito, débito e benefícios.

Com o objetivo de manter-se como uma das líderes da indústria, a Redecard firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal, Banco Triângulo S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Ipiranga S/A., Banco Mercantil do Brasil S/A., Sorocred Meios de Pagamentos Ltda. e Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, unindo esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento do modelo de negócio que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao sistema Redecard.

O modelo de negócio de aquisição da Redecard compreende o credenciamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento, bem como a captura, o processamento e liquidação financeira das transações com os cartões de crédito e de débito das bandeiras mencionadas.

Além de processar as operações de crédito e débito, a Redecard oferece uma variedade de produtos e serviços a seus clientes. Entre eles estão o serviço de consulta de cheques e a captura e transmissão de transações com cartões de benefícios (*voucher*) ou de lojas (*private label*). A Redecard oferece também a possibilidade do Recebimento Antecipado de Vendas (RAV) para os estabelecimentos.

As operações da Redecard incluem os seguintes tipos de serviços:

- a. Cartões de crédito e débito: captura, transmissão, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões com as bandeiras mencionadas. Pela prestação desses serviços, a Redecard cobra dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tem por objetivo: (i) remunerar o emissor dos cartões de crédito e débito e bandeira mediante repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela Redecard.
- b. Pré-pagamento das transações com cartões de crédito mediante solicitações dos estabelecimentos e somente sobre as transações já capturadas e processadas.
- c. Locação dos equipamentos *Point of Sale* (POS, POO, Pin Pad e celulares), de propriedade da Redecard e utilizados pelos estabelecimentos para a captura eletrônica das suas transações.
- d. Serviços prestados para empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*. As receitas da Redecard são constituídas de tarifas cobradas de emissores dos cartões de benefícios e dos cartões *private label*.
- e. Prestação de serviço aos estabelecimentos de consultas de cheques recebidos dos seus clientes utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. A receita da Redecard é constituída de tarifas cobradas diretamente dos estabelecimentos.

A emissão destas informações trimestrais da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de outubro de 2011.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações trimestrais também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das informações trimestrais, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a diretoria executiva.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das ITR's e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas nos estabelecimentos com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições no exterior, licenciadas pelas bandeiras.

2.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis, representados por contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros, representados principalmente por contas a pagar a estabelecimentos e empréstimos e financiamentos, não são classificados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que não são assim designados ou mantidos para negociação.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos são ativos e passivos financeiros respectivamente, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos e passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras MasterCard, Visa, Diners Club International e outras.

O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas cobradas pelos próprios bancos emissores. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido, além das taxas de bancos emissores, das taxas cobradas pela Companhia e pelas bandeiras.

c. Outras contas a receber

Referem-se, basicamente, a: (i) valores a receber de clientes parceiros pelos serviços prestados mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*, normalmente emitidos por sociedades financeiras; (ii) valores a receber dos estabelecimentos credenciados referentes a: a) locação dos equipamentos de captura eletrônica de transações; b) transações com cartão de crédito e de débito contestadas pelos emissores; e c) pela prestação de serviços de consultas de cheques por meio dos equipamentos alugados pela Companhia.

d. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Estão demonstrados pelos valores liberados pelas instituições financeiras acrescidos dos encargos contratuais.

e. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os imobilizados adquiridos nos arrendamentos financeiros são depreciados pelas taxas definidas na Nota 8, enquanto as respectivas obrigações estão classificadas no grupo de Fornecedores.

f. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para devedores duvidosos (*impairment*), conforme aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido significativamente transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Contas a pagar a estabelecimentos são inicialmente reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensurados a custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos dos encargos contratuais. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Inatividade ou desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

(i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

(ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.5 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, incluindo, principalmente, contratos de manutenção de software, gastos com campanhas de marketing, contemplando anúncios em mídia impressa e eletrônica.

2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição deduzida a depreciação. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Os gastos decorrentes da reposição de um componente de um item do imobilizado são capitalizados somente quando representam alterações na vida útil, enquanto os demais gastos dessa natureza são registrados diretamente no resultado. A obsolescência tecnológica é o principal fator para a determinação da vida útil.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas" na demonstração do resultado.

2.7 Intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.9 Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594 de 15 de setembro de 2009.

Tais valores decorrem de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e pela própria Companhia, mediante ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e por advogados internos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências são classificadas entre: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recolher". Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o art.1º da Instrução CVM nº 371 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, sendo apresentadas na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". As informações do período encerrado em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas considerando as regras do Regime Tributário de Transição – RTT.

2.11 Benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

A Companhia responde por 100% do custo do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de benefício definido (Plano de Aposentadoria). Adicionalmente, participa com 50% das contribuições feitas pelos empregados que optarem pelo plano de benefícios previdenciários na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria Suplementar).

A Companhia reestruturou o benefício de previdência complementar oferecido aos seus empregados e implantou um novo Plano de Previdência, na modalidade de contribuição definida.

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Previdência Redecard implantado em janeiro de 2011 na modalidade Contribuição Definida – CD permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo “despesas com pessoal”.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados aos acionistas, para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, são classificados diretamente à conta de Resultado do Período, rubrica “Juros sobre capital próprio” e o benefício fiscal reconhecido no resultado do exercício.

2.13 Apuração do resultado

Receita operacional

É calculada pelo valor justo da compensação recebido ou a receber, apurada conforme o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, dos cancelamentos e abatimentos, de acordo com o CPC 30 e deliberação CVM nº 597. As receitas estão assim apresentadas:

a. Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento das transações com cartões de pagamentos

- Transações com cartões de crédito e cartões de débito:

Decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e cartões de débito e são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas das taxas repassadas aos bancos emissores e às bandeiras, na data da captura e processamento das transações.

- Outros serviços de processamento:

Decorrentes dos serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*), tais como alimentação, refeição, entre outros, além dos cartões *private label*. Também, são registrados nessa rubrica “Outros”, tais como a consulta de cheques recebidos dos seus clientes, utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. Essas receitas são constituídas de tarifas cobradas e são reconhecidas no resultado na data da captura e processamento.

b. Receita de aluguel de equipamentos de captura

A Companhia recebe de sua rede de estabelecimentos credenciados aluguel pela disponibilização de equipamentos de captura. A receita por aluguel é reconhecida no resultado no mês de referência do aluguel.

Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os principais são relativos a: (i) rede de captura de transações e com as operadoras de telefonia; (ii) processamento de dados; (iii) serviços de atendimento telefônico aos estabelecimentos credenciados; (iv) manutenção dos equipamentos POS, POO e Pin Pad; (v) materiais utilizados pelos estabelecimentos na captura de transações; e (vi) credenciamento de novos estabelecimentos.

Receitas financeiras

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas financeiras referem-se a: (i) resultado apurado com pré-pagamento aos estabelecimentos credenciados, representado pela diferença entre o valor original devido aos estabelecimentos e o valor pré-pago, sendo reconhecidas no ato da liquidação financeira; e (ii) rendimentos sobre aplicações financeiras.

2.14 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados após 1º de janeiro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia, estando sujeita no Brasil à autorização do órgão regulador da Companhia. Não houve adoção antecipada da respectiva norma por parte da Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro, as quais podem diferir dos casos reais, quando incorridos.

a. Provisão para *impairment* de outras contas a receber

A provisão para *impairment* de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber, inadimplência e inatividade de estabelecimentos, e está demonstrada em montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas. Inadimplência e inatividade definida para compor o valor em risco contemplam os valores vencidos há mais de 60 dias.

b. Reconhecimento das provisões das parcerias com bancos domiciliadores

A Companhia firmou contratos de parcerias com diversos bancos com o objetivo de unir esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento do novo modelo de negócio, que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard. A remuneração é constituída com base em cumprimento de metas de faturamento com transações de cartões de pagamentos nos estabelecimentos que mantêm domicílio bancário junto ao banco parceiro.

c. Participação nos lucros

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

d. Benefícios de planos de pensão

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em avaliação de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As tábuas de mortalidade (AT-2000) são utilizadas nas avaliações periódicas dos planos de previdência para projetar a evolução da população ao longo do tempo. A construção de tábuas de mortalidade, por sua vez, costuma ter por base a experiência de grandes grupos ao longo de um período razoável, usualmente em torno de 5 anos.

e. Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em opções de compra de ações. Os planos de remuneração reconhecem essa remuneração como contraprestação dos serviços prestados por esses executivos. A

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

deliberação CVM nº 562 aprovou e tornou obrigatório o CPC 10 – “Pagamentos baseados em Ações”, que trata dos procedimentos para reconhecimento e divulgação das transações com pagamentos baseados em ações.

f. Ajuste a valor presente

A deliberação da CVM nº 564 aprovou e tornou obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”, que trata de ajuste a valor presente dos valores realizáveis e exigíveis a longo prazo e no curto prazo, se relevantes. Para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou o efeito deste ajuste em suas “contas a receber de bancos emissores” e “contas a pagar a estabelecimentos” em contrapartida às despesas financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas contabilmente.

A gestão de risco é realizada pela diretoria de finanças, apoiada nas políticas da Companhia. Conta com um grupo de gerenciamento de riscos financeiros que toma decisões de forma colegiada. O Grupo de Avaliação e Acompanhamento de Ativos e Passivos Financeiros é responsável por acompanhar e avaliar as eventuais exposições a riscos cambiais, taxa de juros e liquidez. O colegiado é formado pelo diretor de finanças, diretores não estatutários e gerentes das áreas de tesouraria e de controladoria da Companhia.

De acordo com Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar previamente os limites para contratações de operações financeiras, incluindo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não manteve durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos, sejam especulativos ou para fins de proteção (*hedge*).

a. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de empréstimos tomados indexados à variação da taxa de juros para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). A exposição sobre os instrumentos financeiros sujeitos a taxas de juros em 30 de setembro de 2011, resume-se aos contratos de capital de giro mantidos com instituições financeiras no Brasil, no montante de R\$ 193,1 milhões (30 de junho de 2011: R\$190,4 milhões), pelo prazo médio de até 73 dias corridos, e Notas Promissórias emitidas em 30 de março de 2011 com posição total de R\$ 2,1 bilhões e vencimentos em janeiro, fevereiro e março de 2012. A taxa média ponderada das captações representa em 30 de setembro de 2011 aproximadamente 104,75% do CDI (30 de junho de 2011: 104,76% do CDI).

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, segundo avaliação efetuada pela Administração e considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre os instrumentos financeiros sujeitos às variações em taxas de juros CDI, resultantes de análise de sensibilidade com base nos cenários estabelecidos por aquela instrução.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus empréstimos e financiamentos são denominados em reais. Há risco cambial não relevante sobre as transações com cartões de crédito emitidos no exterior e capturadas nos estabelecimentos credenciados no país. Os portadores efetuam compras no Brasil e essas são direcionadas para os bancos emissores no exterior, por intermédio das respectivas bandeiras.

Quando da obtenção da autorização, os sistemas das bandeiras fazem a conversão do valor da transação em reais para o dólar, utilizando um referencial de conversão baseado na taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio (PTAX) do dia anterior ao da realização da transação. A Companhia recebe o valor em dólar, em uma conta corrente bancária no exterior, no segundo dia útil da data da transação.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diariamente, a Companhia faz a venda do dólar que está disponível na sua conta corrente bancária no exterior. Portanto, a exposição ao risco cambial é de dois dias sobre o valor dessas transações.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, o valor das transações realizadas com cartões de crédito emitidos no exterior representou 0,7% (30 de junho de 2011: 0,7%) do valor total das transações realizadas com cartões de crédito capturadas pela Companhia.

b. Risco de liquidez e gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

Conforme descrito na nota 1.b, a Companhia tem por prática realizar o pré-pagamento das transações com cartões de crédito, mediante solicitação dos estabelecimentos e com a aplicação de uma taxa de desconto sobre os respectivos fluxos futuros de pagamentos. Essas operações geram intrinsecamente descasamentos de curto prazo entre o contas a pagar a estabelecimentos e o contas a receber de bancos emissores.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional e estrangeira, são elaboradas projeções diárias dos principais componentes do ativo e passivo da Companhia, principalmente aqueles relacionados a contas a receber de Emissores e contas a pagar a Estabelecimentos, além do capital próprio, sendo tais exposições monitoradas diariamente pela tesouraria, minimizando quaisquer descasamentos futuros de caixa na Companhia.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, que são utilizados nas estratégias da tesouraria por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa conforme contratados e atualizados até a data.

	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos
Em 30 de setembro de 2011			
Empréstimos	193.079		
Financiamentos	195	192	223
Notas Promissórias	2.123.599		
Fornecedores - arrendamento financeiro	7.159	917	
Em 30 de junho de 2011			
Empréstimos	190.447		
Financiamentos	195	192	272
Notas Promissórias	2.058.321		
Fornecedores - arrendamento financeiro	7.159	2.706	

Os demais passivos financeiros (nota 5), possuem prazos de vencimento de até um ano e estão apresentados no balanço patrimonial por valores que aproximam-se dos respectivos montantes contratuais.

Adicionalmente, a Companhia se utiliza das antecipações do saldo de contas a receber com os respectivos bancos emissores, a fim de recompor o seu caixa na gestão diária de liquidez.

c. Risco de crédito

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de crédito dos emissores

O saldo de contas a receber de bancos emissores representa os valores das transações efetuadas por portadores de cartões de crédito emitidos pelas instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras e são garantidos por elas ou por fianças bancárias em volume condizente com o risco estimado, em caso de inadimplência. Essas garantias estão estipuladas nos regulamentos emitidos pelos sistemas de bandeiras ou em acordos locais assinados com as bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 24,6 bilhões (30 de junho de 2011: R\$ 23,9 bilhões).

Risco de crédito dos estabelecimentos

A Companhia, além de seguir as regras das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes e problemas de *performance* por parte dos estabelecimentos (venda sem entrega dos bens e serviços). O valor total de contas a pagar a estabelecimentos em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 21,3 bilhões (30 de junho de 2011: R\$ 20,5 bilhões).

Risco de crédito de bancos para investimentos

A Companhia tem como política trabalhar com instituições cuja avaliação se baseia na melhor classificação de risco para Instituições Financeiras no Brasil, não inferior ao rating "A", mensuradas por agências de risco internacionalmente reconhecidas, e não manter investimentos concentrados em um único grupo econômico. Em 30 de setembro, as aplicações financeiras com liquidez diária e atreladas à variação do CDI representam R\$ 152,5 milhões (nota 5.1) (30 de junho de 2011: R\$ 148,0 milhões).

d. Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, visando permitir à Redecard recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como, interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia.

Em agosto de 2011, a Companhia obteve a recertificação internacional PCI DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard Council*), que credencia a Redecard como empresa de adquirência que atende, em sua plenitude, às regras de segurança da informação estabelecidas pelas bandeiras e implantou medidas adicionais para a proteção das transações e informações corporativas.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30.09.2011	30.06.2011
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de bancos emissores	24.569.347	23.935.485
Outras contas a receber	112.819	103.375
Caixa e equivalentes de caixa	157.901	155.694

Outros passivos financeiros

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a pagar a estabelecimentos	21.291.287	20.536.430
Valores a repassar às bandeiras	43.669	42.217
Valores a repassar aos bancos domiciliadores	19.571	18.969
Empréstimos e financiamentos	193.689	191.106
Fornecedores – Leasing a pagar	8.076	9.865
Fornecedores - Outros	24.722	34.122
Notas promissórias	2.123.599	2.058.321
Outras contas a pagar	159.498	140.923

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2011	30.06.2011
Recursos em bancos e em caixa	5.404	7.686
Depósitos bancários de curto prazo	152.497	148.008
Total	157.901	155.694

São representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDBs) efetuados junto às instituições financeiras, com liquidez diária e atualizados com base na variação do CDI.

5.2. Contas a receber de bancos emissores e demais contas a receber

a. Contas a receber de bancos emissores

	30.09.2011	30.06.2011
Bancos emissores - partes relacionadas	9.814.404	9.726.509
Outros bancos emissores	14.754.943	14.208.976
Total	24.569.347	23.935.485

Em 30 de setembro de 2011, as contas a receber de bancos emissores no valor de R\$ 24,6 bilhões (30 de junho de 2011: R\$ 23,9 bilhões) não estão sujeitas a avaliação de *impairment* (Nota 4.c).

b. Outras contas a receber

	30.09.2011	30.06.2011
Aluguel de equipamentos	85.173	83.639
Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a receber de estabelecimentos	16.912	14.237
MasterCard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda.	6.322	5.968
Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	12.924	12.715
Outros serviços prestados a estabelecimentos	5.484	4.710
Provisão para <i>impairment</i>	(13.996)	(17.894)
Outras contas a receber	112.819	103.375

c. Movimentações na provisão para *impairment*

	30.09.2011	30.09.2010
Em 30 de junho	(17.894)	(16.699)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(10.099)	(6.619)
Contas a receber de estabelecimentos, baixadas durante o exercício como incobráveis	13.997	9.756
Em 30 de setembro	(13.996)	(13.562)

A constituição e a baixa da provisão para outras contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “provisão para créditos de liquidação duvidosa”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Não houve renegociação de créditos durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro 2010.

Em 30 de setembro de 2011, o valor de R\$ 112,8 milhões (30 de setembro de 2010: R\$ 98,6 milhões), registrado como outras contas a receber, encontra-se em processo de cobrança. Em 30 de setembro de 2011, o montante *impaired* e provisionados é de R\$ 14,0 milhões (30 de setembro 2010: R\$ 13,6 milhões). Os valores individualmente *impaired* referem-se a estabelecimentos com atraso nos pagamentos há mais de 60 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação destas demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, não sendo mantido nenhum título como garantia.

d. Valor justo

Os valores justos das contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e contas a pagar a estabelecimentos, aproximam-se do custo amortizado de tais instrumentos devido à sua realização ser de curto prazo.

5.3 Contas a pagar a estabelecimentos

Nesta rubrica estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos, referentes às transações com cartões de crédito, deduzidos das taxas cobradas pelos bancos emissores, pela Companhia e pelas bandeiras. Em 30 de setembro de 2011 o montante é de R\$ 21,3 bilhões (30 de junho 2011: R\$ 20,5 bilhões).

5.4 Valores a repassar às bandeiras

Os montantes registrados nesta rubrica referem-se a valores a repassar às bandeiras, calculados através de um percentual estabelecido pelas bandeiras sobre o valor das transações com cartões de crédito e cartões de débito, bem como pelo volume de transações processadas. Em 30 de setembro de 2011 o montante é de R\$ 43,7 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 42,2 milhões).

5.5 Valores a repassar aos bancos domiciliadores

Os valores registrados nesta rubrica referem-se a parcerias com bancos, nos quais os estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, mantém domicílio bancário. A remuneração é constituída através de um percentual sobre metas de faturamento com cartões de pagamentos. Em 30 de setembro de 2011 o montante é de R\$ 19,6 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 19,0 milhões).

5.6 Arrendamento Financeiro

	30.09.2011	30.06.2011
Até um ano	7.159	7.159
Mais de um ano até dois anos	917	2.706
Total	8.076	9.865

5.7 Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

	30.09.2011	30.06.2011
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	193.274	190.642
Notas promissórias	2.123.599	2.058.321
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	415	464
Total	2.317.288	2.249.427

6. Despesas antecipadas

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30.09.2011	30.06.2011
Plano de mídia e marketing	123	246
Manutenções de softwares	1.310	997
Outros	274	157
Total	1.707	1.400

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças, temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos passivos contingentes sob discussão e da realização das provisões para determinados eventos. A Companhia não possui saldos relativos a prejuízos fiscais e base negativa tributária e/ou créditos tributários não ativados, como definido pelo art.1º da Instrução CVM nº 371. Em 30 de setembro de 2011, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 73,0 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 64,7 milhões), calculados com base na taxa CDI.

a. Composição

	30.09.2011	30.06.2011
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		
Contingências cíveis	4.949	4.589
Contingências trabalhistas	2.304	2.332
Contingências tributárias	2.386	2.386
Provisões sobre adições temporárias:		
Credenciamento e atendimento ao estabelecimento	27.805	24.306
Participação dos empregados nos resultados	9.316	6.871
Créditos de liquidação duvidosa	4.758	6.084
Marketing	7.550	7.814
Tecnologia da informação	4.120	3.614
Parcerias bancos	6.654	6.449
Outros	6.878	5.315
Total	76.720	69.760

b. Expectativas de realização

A Companhia elaborou estudos de geração de lucros tributáveis futuros, aprovados pelos órgãos de governança da Administração, os quais indicam recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em 30 de setembro de 2011. O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é estimado como segue:

Ano de realização	Imposto de renda	Contribuição social
2011	49.324	17.757
2012	1.754	632
2013	5.333	1.920
Total	56.411	20.309

c. Demonstração da realização do tributo diferido no resultado

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos tributários sobre diferenças temporárias

	30.09.2011	30.09.2010
Contingências cíveis	360	(134)
Contingências trabalhistas	(28)	191
Contingências tributárias	-	-
Provisões operacionais	6.628	19.903
Total	6.960	19.960

d. Movimentação do diferido

	30.06.2011	adição	realização	30.09.2011
Contingências cíveis	4.589	360	-	4.949
Contingências trabalhistas	2.332	81	(109)	2.304
Contingências tributárias	2.386			2.386
Despesas Operacionais	60.453	145.994	(139.366)	67.081
Total	69.760	146.435	(139.475)	76.720

8. Imobilizado

	% Taxas anuais	30.06.2011 Imobilizado líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	30.09.2011 Imobilizado líquido
Equipamento captura*	33,3	243.624	20.226	(3.255)	-	(37.147)	223.448
Equipamento de Rede de processamento	20	41.387	-	-	843	(4.248)	37.982
Sistema de processamento de dados	20	5.724	-	-	-	(738)	4.986
Informática	20	3.412	66	-	-	(593)	2.885
Equipamentos diversos	10	3.294	18	-	-	(121)	3.191
Veículos	20	234	-	-	-	(15)	219
Móveis e utensílios	10	2.982	25	(9)	273	(110)	3.161
Instalações	10	1.993	-	-	-	(85)	1.908
Benfeitorias em imóveis	9,5	10.582	-	9	508	(767)	10.332
Imobilizado em andamento	-	4.387	7.714	-	(801)	-	11.300
Total		317.619	28.049	(3.255)	823	(43.824)	299.412

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	% Taxas anuais	31.03.2011 Imobilizado líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	30.06.2011 Imobilizado líquido
Equipamento captura*	33,3	252.773	30.897	(2.002)	-	(38.044)	243.624
Equipamento de Rede de processamento	20	31.753	11.891	-	-	(2.257)	41.387
Sistema de processamento de dados	20	6.459	-	-	-	(735)	5.724
Informática	20	3.583	410	-	-	(581)	3.412
Equipamentos diversos	10	3.414	-	-	-	(120)	3.294
Veículos	20	249	-	-	-	(15)	234
Móveis e utensílios	10	2.377	65	-	634	(94)	2.982
Instalações	10	2.077	-	-	-	(84)	1.993
Benfeitorias em imóveis	9,5	8.039	-	-	3.364	(821)	10.582
Imobilizado em andamento	-	6.879	2.460	(1.392)	(3.560)	-	4.387
Total		317.603	45.723	(3.394)	438	(42.751)	317.619

(*) "Equipamentos de captura" referem-se aos equipamentos denominados POS, POO e Pin Pad, alugados aos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, utilizados na captura das transações eletrônicas efetuadas com cartões de crédito, débito ou cartões benefício. A taxa de depreciação está baseada em relatório técnico emitido por órgão competente, o qual considerou para o cálculo e estipulação da vida útil do bem, os efeitos da obsolescência tecnológica, uso intensivo e a exposição dos equipamentos à fraude.

9. Intangível

	% Taxas anuais	30.06.2011 Intangível líquido	Aquisições	Baixas	Transfe-rências	Amortização	30.09.2011 Intangível líquido
Softwares	20	59.558	166	-	2.815	(3.410)	59.129
Intangível em andamento	-	7.740	6.278	-	(3.638)	-	10.380
Total		67.298	6.444	-	(823)	(3.410)	69.509

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	% Taxas anuais	31.03.2011 Intangível líquido	Aquisições	Baixas	Transfe- rências	Amortização	30.06.2011 Intangível líquido
Softwares	20	48.958	3.718	-	10.489	(3.607)	59.558
Intangível em andamento	-	11.919	6.879	(131)	(10.927)		7.740
Total	-	60.877	10.597	(131)	(438)	(3.607)	67.298

No 3º trimestre de 2011 a Companhia investiu em softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia. Esses investimentos foram necessários para atender as novas bandeiras integrantes do Sistema Redecard e também fornecer ferramentas de Gestão de Relacionamento com clientes para a área de negócio. O prazo restante de amortização desses ativos está entre 4 e 5 anos.

10. Obrigações tributárias

a. Imposto de renda e contribuição social

	30.09.2011	30.06.2011
Imposto de renda pessoa jurídica	122.436	104.147
Contribuição social sobre o lucro líquido	48.812	42.323
Total	171.248	146.470

b. Outras obrigações tributárias

	30.09.2011	30.06.2011
Pis e Cofins	17.027	16.529
Impostos sobre serviços	2.340	2.555
Impostos de terceiros retidos na fonte	6.901	10.834
Total	26.268	29.918

11. Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 da modalidade Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Este plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo “despesas com pessoal”. A mudança do plano de benefícios de aposentadoria não gerou impacto financeiro relevante para a companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, as contribuições para esses planos totalizaram R\$ 2,7 milhões (30 de setembro de 2010: R\$ 1,4 milhões), sendo assim distribuído: Companhia R\$ 1,2 milhões e funcionários R\$ 1,5 milhões (em 30 de setembro de 2010: Companhia: R\$ 0,8 milhão e funcionários: R\$ 0,6 milhão).

12. Capital social e reservas

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Capital social

O capital social realizado é de R\$ 568.261, integralizado e está representado por 672.970.705 ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

Capital Social	30.09.2011	%	30.06.2011	%
Controle Acionário	284.131	50,0000002	284.131	50,0000002
Acionistas Minoritários	284.130	49,9999998	284.130	49,9999998
Total	568.261		568.261	

b. Reserva Legal

A rubrica “Reserva legal” representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social

Em 30 de setembro de 2011 o valor apresentado na rubrica “Reserva legal” é de R\$ 113,7 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 100,1 milhões).

c. Reserva estatutária e reserva para retenção de lucros

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 18 de março de 2009, foi aprovada a constituição de Reserva de Retenção de Lucro e respectivo Orçamento de Capital proposto pela Administração da Companhia, nos termos do art. 196, da Lei nº 6.404/76 art.5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469 de 02 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade permitir a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Abril de 2009, os acionistas aprovaram a criação de Reserva Estatutária de Lucro com a finalidade de suportar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações representativas do capital da Companhia, podendo, ainda, ser utilizada para o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social e será formada com recursos equivalentes a até 60% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de setembro 2011, valor apresentado na rubrica “Reserva estatutária” é de R\$ 150,9 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 150,9 milhões).

d. Reserva de dividendo adicional proposto e juros sobre capital próprio

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia pagou Juros sobre o Capital Próprio declarados pelo Conselho de Administração em reunião de 15.06.2011, no montante bruto de R\$ 27,3 milhões, equivalente à R\$ 0,0405600226 centavos por ação, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,0348315717 centavos por ação.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia pagou dividendos intermediários declarados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2011 no valor de R\$ 546,4 milhões, equivalente à R\$ 0,8121476676 centavos por ação, sem retenção de imposto de renda na fonte.

e. Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções CVM nºs 10/80, 268/97 e 358/02, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de abril de 2011, renovou a autorização para a Diretoria adquirir, em nome da Companhia, até 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil) ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Redecard. Competirá à Administração definir a oportunidade e a

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quantidade a ser efetivamente adquirida, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade desta autorização.

Movimentações das ações em tesouraria

Ano	Quantidade		Saldo	Custo Médio Unitário em R\$
	Compra	Venda		
2010	362.000	290.421	210.448	26,55
2011	-	2.655	207.793	26,55

Preço de mercado da ação em 30/09/2011 - R\$ 25,60 (vinte e cinco reais e sessenta centavos) conforme pregão da BM&FBovespa.

As movimentações relacionadas às ações em tesouraria foram apenas para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

f. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("Plano"), o qual estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Ações de emissão da Companhia a seus diretores, estatutários ou não. O referido Plano foi alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 23 de outubro de 2008, 15 de abril de 2010 e 20 de abril de 2011.

O Plano tem por objetivo permitir que o Diretor Presidente, os Diretores Estatutários e os Diretores não estatutários da Companhia adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos diretores aos dos acionistas da Companhia; e (c) possibilitar à Companhia manter os seus diretores a ela vinculados a médio e longo prazo.

O Plano vigorará por prazo indeterminado e os acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência na outorga ou no exercício da opção de compra de Ações.

O valor justo das opções concedidas, calculado considerando o modelo de precificação das opções, é baseado na aplicação da metodologia *Black & Scholes* e tomando-se como base os preços das ações da Companhia. O ajuste do valor justo é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido, ou seja, no período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Para essas opções o valor justo médio ponderado foi determinado com base no método *Black & Scholes*, considerando o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada no preço das Ações da Companhia, o prazo de vida das opções, os dividendos esperados e a taxa de juros utilizada.

Data de outorga	Quantidade de ações			Saldo	Preço de exercício por ação (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
11/02/2008	503.384	(106.880)	(314.261)	82.243	20,25
11/03/2009	1.025.715	(157.306)	(414.526)	453.883	25,82
17/05/2010	241.163			241.163	23,55

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data de outorga	Quantidade de ações		Exercidas	Saldo	Preço de exercício por ação (R\$)
	Outorgadas	Canceladas			
25/11/2010	21.660			21.660	23,55
09/03/2011	786.368			786.368	18,01
Total	2.578.290	(264.186)	(728.787)	1.585.317	

13. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41, Deliberação da CVM 636 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

	30.09.2011	30.09.2010
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	343.618	324.105
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.762	672.760
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,5108	0,4818

14. Informações por segmento de negócios

A Administração determinou um único segmento operacional para os negócios da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria executiva.

A receita gerada pelo segmento operacional reportado é oriunda da captura e processamento das transações com cartão de crédito e cartão de débito, aluguel dos equipamentos de captura, de outros serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura e roteamento de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e cartões *private label* e das receitas financeiras líquidas apuradas com pré-pagamentos efetuados aos estabelecimentos das transações com cartões de crédito. As informações do segmento de negócio, revisada pela diretoria-executiva e correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

	30/09/2011	30/09/2010
Receita operacional líquida	702.383	662.432
Crédito	359.896	341.949
Débito	123.089	96.021
Aluguel de equipamentos	175.205	190.262
Outros	44.193	34.200
Custo dos serviços prestados	(198.910)	(170.897)
Custo dos serviços prestados	(154.205)	(136.817)
Depreciação e amortização	(44.705)	(34.080)
Margem de Contribuição	503.473	491.535
Resultado financeiro	161.236	139.379
Resultado antes das despesas e receitas operacionais	664.709	630.914

Não existem clientes cuja representatividade da receita seja superior a 10% da receita operacional líquida da Companhia.

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Custos dos serviços prestados

	30.09.2011	30.09.2010
Custos dos serviços prestados:		
Captura e processamento	63.448	52.408
Credenciamento e atendimento ao cliente	90.757	84.409
Encargos de depreciação e amortização	44.705	34.080
Total	198.910	170.897

16. Despesas operacionais

a. Pessoal

	30.09.2011	30.09.2010
Salários e benefícios	40.920	42.350
Encargos Sociais	20.017	15.128
Outros	3.226	3.739
Total	64.163	61.217

Número de empregados	1.078	1.450
----------------------	-------	-------

b. Administrativas

	30.09.2011	30.09.2010
Prédios	4.689	4.022
Serviços contratados	7.063	9.768
Manutenção de TI e processamento de dados	11.929	12.710
Telefonia corporativa	2.369	3.036
Viagens e representações	2.388	2.013
Outras	4.432	2.342
Total	32.870	33.891

c. Outras despesas operacionais

	30.09.2011	30.09.2010
Parcerias com bancos domiciliadores	7.721	6.882
Incentivos fiscais – Lei Rounet, FUMCAD e Desportivo	4.504	4.625
Depreciação e amortização	2.529	2.831
Outras	7.631	3.406
Total	22.385	17.744

17. Receita e despesas financeiras

	30.09.2011	30.09.2010
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	241.157	224.657
Despesas financeiras	(80.805)	(86.182)
Ajuste a valor presente	764	-
Outras(despesas) receitas financeiras	120	904
Resultado financeiro	161.236	139.379

18. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	30.09.2011	30.09.2010
Lucro antes do IR e CSLL	516.887	485.979
IR e CSLL à alíquota nominal de 34%	175.742	165.233
Despesas não dedutíveis	882	96

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Patrocínios Culturais da Lei Rouanet e Doações ao Estatuto da Criança e do Adolescente	(3.071)	(3.052)
Incentivo Fiscal por Inovação Tecnológica	(194)	(397)
Outros Incentivos	(90)	(6)
Total	173.269	161.874
Alíquota efetiva do IR e CSLL	33,52%	33,31%

19. Contingências

a. Ativo contingente

A Companhia não possui ativo contingente.

b. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

As provisões, segundo julgamento da Administração da Companhia e com base na opinião de seus consultores legais, foram constituídas em montantes considerados adequados à cobertura de eventuais perdas, sendo reavaliadas periodicamente.

Os “depósitos judiciais em garantia” vinculados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, estão demonstrados no “Ativo não circulante”, no grupo “Realizável a longo prazo” no montante de R\$ 13.553 (30 de junho de 2011: R\$13.897).

c. Composição dos passivos contingentes provisionados

	30.09.2011	30.06.2011
Contingências cíveis	14.557	13.499
Contingências trabalhistas	6.776	6.858
Contingências tributárias	7.016	7.016
Total	28.349	27.373

Os montantes acima mencionados foram calculados considerando os pedidos efetuados pelos autores em cada uma das ações ou pelo montante dos tributos não recolhidos pela Companhia sob garantia de medidas judiciais concedidas para a Companhia, todos atualizados monetariamente e computados os juros quando devidos.

d. Movimentação das provisões

	30.06.2011	adições	baixas	30.09.2011
Contingências cíveis	13.499	1.058	-	14.557
Contingências trabalhistas	6.858	239	(321)	6.776
Contingências tributárias	7.016			7.016
Total	27.373	1.297	(321)	28.349

e. Provisões cíveis

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia era parte em 1.790 ações de natureza cível, que envolviam o valor estimado de R\$ 14,6 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 13,5 milhões) correspondentes aquelas ações em que a probabilidade de perda é provável, conforme avaliações dos advogados internos e externos da Companhia, contemplando-se os valores pleiteados a título de indenização por danos morais. Dentre elas, destacam-se 172 ações ajuizadas pelos

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estabelecimentos, contra a retenção de créditos pela Companhia decorrente de indícios de fraude com a conivência dos Estabelecimentos, 227 ações contra a retenção de créditos pela Companhia em decorrência de contestação das transações por parte dos portadores de cartões (Chargeback), e 1.391 ações que envolvem o relacionamento com estabelecimentos, desde cobrança de taxas, aluguel de POS, alteração de domicílio bancário, dentre outros.

f. Provisões trabalhistas

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia figurava como ré em 358 processos trabalhistas, sendo 72 ações movidas por ex-empregados da Companhia e 286 ações movidas por ex-empregados das empresas prestadoras de serviços para a Redecard. Tais ações são relativas, em grande parte, a pedidos de pagamento de horas extras e equiparação salarial. O valor total de perda estimado nesses processos é de R\$ 6,8 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 6,8 milhões), em relação aos quais foi constituída provisão integral, conforme análise dos advogados internos da Companhia com base na média histórica dos valores de condenações em ações semelhantes e, posteriormente, com suporte nos cálculos efetuados pelo perito contábil contratado pela Companhia.

g. Provisões tributárias

1. Suspensão da exigência da contribuição para o PIS e para a COFINS, calculada no método “não-cumulativo” às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. A Companhia passou a efetuar depósito judicial dos valores apurados mensalmente. O valor acumulado dos depósitos judiciais e respectiva provisão em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 6,4 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 6,4 milhões).

2. Execução fiscal referente a débito sobre o “PIS Repique” de 1999, por montante declarado em Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) e não tendo sido localizado o respectivo recolhimento. O valor provisionado em 30 de setembro de 2011 é de aproximadamente R\$ 0,6 milhão (30 de junho de 2011: R\$ 0,6 milhão).

h. Passivo contingente – perdas possíveis

1. Por meio de auto de infração lavrado em 11/07/2008, a Receita Federal constituiu crédito tributário de PIS e COFINS acrescidos de multa de ofício e juros de mora no valor total de R\$ 372,0 milhões, sob o argumento de que a Companhia não teria efetuado o recolhimento desses tributos sobre as receitas relativas ao recebimento antecipado de vendas no período de 31/08/2004 a 31/05/2008. Em 30 de setembro de 2011 o valor total é de R\$ 519,2 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 504,1 milhões). Por tratar-se de um desconto obtido mediante pagamento antecipado de uma dívida da Companhia em favor do estabelecimento contratante, a Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, está sujeita no período objeto da autuação à alíquota de 0% tanto para o PIS como para a COFINS. O Fisco, por outro lado, nega a natureza jurídica de receita financeira destes descontos, classificando-os como receita decorrente de prestação de serviços e, em consequência, exigindo a tributação correspondente. Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância administrativa que manteve integralmente o lançamento tributário, sendo que a Companhia interpôs o competente recurso voluntário contra a referida decisão. O processo tramita atualmente no Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

2. Por meio de auto de infração lavrado em 06 de maio de 1999, a Secretaria de Finanças do Município do Rio de Janeiro constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 1,2 milhão, sob o argumento de que a Companhia teria recolhido, intempestivamente, o imposto sobre serviços de (ISSQN) relativo à competência de dezembro de 1997 e de que não teriam emitido notas fiscais de serviços correspondentes ao período de novembro de 1996 a novembro de 1997. Em 2 de junho de 1999 a Redecard apresentou impugnação ao auto de infração, julgada improcedente em 5 de fevereiro de 2010, pela Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários daquele município. Em 3 de agosto de 2010 a Redecard apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro, requerendo o cancelamento do auto de infração, por entender (i) improcedente a aplicação de multa pela não emissão de nota fiscal tendo em vista a caracterização de denúncia espontânea, em razão da apresentação de pedido de regime especial em agosto de 1997 e (ii) equivocada a base de cálculo utilizada pelo fisco municipal para cálculo da multa. Em 30 de setembro de 2011 o valor total é de R\$ 7,1 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 7,0 milhões). A Administração da Companhia entende não ser

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

3. Por meio de notificação de lançamento lavrada em 8 de abril de 2010, a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Salvador, Bahia, constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 2,9 milhões, por suposta infração da Companhia em razão da não tributação do ISSQN incidente sobre as receitas financeiras decorrente das antecipações de vendas. A Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, não está sujeita à incidência de ISSQN. Em dezembro de 2010 a Companhia tomou ciência do teor da referida notificação de lançamento e apresentou a devida impugnação. Em 30 de setembro de 2011 o valor total é de R\$ 9,3 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 9,0 milhões). A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

4. Por meio de auto de infração eletrônico de 09 de abril de 2007, a receita federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 0,6 milhão por suposta insuficiência de acréscimos legais decorrentes de pagamento de tributo após o vencimento. A Companhia impugnou o auto de infração em 27 de abril de 2007, não conhecido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme decisão de 25 de fevereiro de 2010, que entendeu que o mérito da questão já estaria sendo discutida em sede de mandado de segurança. A Companhia impetrou mandado de segurança em maio de 2006, em decorrência do recebimento, em 28 de março de 2006, de Termo de Notificação Eletrônica. Impossibilitada de impugnar o referido termo, a segurança teve por objetivo impedir a inscrição em dívida ativa e a cobrança por intermédio de execução fiscal. A Companhia, por entender não haver concomitância entre o mandado de segurança e o auto de infração, interpos recurso em abril de 2010 perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ainda não julgado. Em 30 de setembro de 2011 o valor total é de R\$ 1,3 milhões (30 de junho de 2011: R\$ 1,3 milhões). A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

i. Ações de Órgãos Governamentais

Em maio de 2009 a ABRANET – Associação Brasileira dos Provedores de Acesso Serviços e Informações da Rede de Internet ofertou representação perante a Secretaria de Direito Econômico – SDE, acusando a Companhia pela inclusão de cláusulas e condições comerciais alegadamente injustificáveis e anticoncorrenciais, constantes de minuta do novo contrato de credenciamento, proposto pela Redecard às empresas denominadas intermediadoras. A Secretaria de Direito Econômico, com base na representação, instaurou processo administrativo para apurar denúncias de supostas infrações à ordem econômica e aplicou Medida Preventiva contra a Redecard, em julho de 2009, no sentido de impedir a adoção de determinadas cláusulas contratuais. A Redecard apresentou sua defesa em agosto de 2009, refutando as alegações da ABRANET. Posteriormente, a SDE iniciou a fase instrutória do processo e passou a realizar diversas diligências nesse sentido. Em 05 de janeiro de 2010, foi juntada a petição da Redecard requerendo a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores, com a finalidade de comprovar o quanto alegado em sede de defesa. Em 02 de fevereiro de 2010 os autos foram remetidos para a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para análise e eventual manifestação sobre o feito. Mencionado ofício foi reiterado em 25 de março de 2010, após o envio de cópia integral dos autos pela SDE. Em 22 de julho de 2010 foi juntada manifestação da REDECARD, com novas regras de boletim emitido pela MasterCard e reiterando a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores. Em 25 de agosto de 2010, foi realizada reunião entre os advogados da Redecard com as autoridades da SDE, ocasião em que foram explanadas as regras da bandeira impostas à Redecard. No mesmo mês, foram expedidos ofícios requeridos pela Redecard aos intermediadores e a MasterCard. Os quesitos foram respondidos pelos intermediadores durante os meses de setembro e outubro. Em 1º de outubro de 2010, foi juntada aos autos a resposta da MasterCard, confirmando o quanto alegado pela Redecard a respeito das suas responsabilidades perante a bandeira. Aguarda-se manifestação da SDE.

20. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados através de contratos:

- i) Locação de imóveis, com vigência até 2014 e, para o exercício de 2011, o valor é de R\$ 9,9 milhões. Para os anos subsequentes esse valor deverá ser reajustado de acordo com índice acordado em contrato. No trimestre encerrado em 30 de setembro de 2011 o valor referente a despesas com aluguéis é de 2,2 milhões.
- ii) Arrendamento financeiro, com vigência até 2012 e, para o exercício de 2011, o valor é de R\$ 5,4 milhões e R\$ 6,3 milhões para o exercício de 2012. No trimestre encerrado em 30 de setembro 2011 o valor pago foi de R\$ 1,8 milhões.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui compromissos firmados para aquisição de equipamentos de captura e processamento de dados. Os investimentos de capital previstos para os exercícios subsequentes estão de acordo com o plano orçamentário da Companhia.

21. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas referem-se a:

	30.09.2011	30.06.2011
Contas a receber de bancos emissores		
Itaucard	9.814.404	9.726.509
	30.09.2011	30.09.2010
Outras receitas		
Itaú Unibanco	12.123	7.669
Custos dos serviços prestados		
Orbitall	17.262	13.925
Itaú Unibanco	166	131
Despesas financeiras		
Itaucard	776	24.695

Descrição dos contratos

i) Contas a receber de bancos emissores

Os valores referem-se aos montantes devidos pelos bancos emissores à Companhia, decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito das bandeiras mencionadas, os quais serão posteriormente repassados pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

As condições de contratação com os emissores são estabelecidas como decorrência dos regulamentos e manuais emitidos pela referida bandeira. Dessa forma, essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizadas pelas bandeiras.

ii) Outras receitas

Trava de domicílio bancário

São decorrentes de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário, firmados com o Itaú Unibanco, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com tal Banco.

Prestação de Serviço para demais empresas do conglomerado Itaú Unibanco.

São contratos de prestação de serviços de captura, transporte, roteamento e transmissão de dados de transações realizadas pelos portadores de cartões nos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard.

Electronic referral

Contrato de prestação de serviço com o Itaú Unibanco com o objetivo de proporcionar mais segurança nas transações com cartões de Crédito e Débito, cujas características, especificações e condições de utilização e aceitação são regras determinadas pela Redecard e aceitas pelo estabelecimento e pelo Banco.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Custos dos serviços prestados

Processamento de dados

A Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A. é uma sociedade controlada pela Itaú Unibanco Holding S.A. e presta serviços para a Companhia de: (i) processamento de dados Mainframe, Risc, Intel e Plataforma Web, (ii) gerenciamento, operação e realização da manutenção periódica – preventiva e corretiva; administração e realização da comunicação entre estes ambientes e destes com ambientes de terceiros.

Credenciamento

Contrato de prestação de serviços com o Itaú Unibanco para prestação de serviço de credenciamento.

iv) Despesas Financeiras

Custos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis da Redecard junto ao Banco Itaucard S.A.

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Redecard firmado com o Itaú Unibanco, pelo qual o Itaú Unibanco prestará serviços de ações escriturais e de agente emissor de certificados de ações da Companhia.

v) Programa de estímulo a ativação de estabelecimentos ao sistema Redecard

A Redecard apropria mensalmente ao resultado valores com o objetivo de promover, junto à base de estabelecimentos dos bancos credenciadores, ações de ativação de estabelecimentos ao Sistema Redecard. Esses valores são apurados com base no faturamento das transações de crédito e de débito dos novos estabelecimentos credenciados, por período determinado. Durante o terceiro trimestre de 2011, a Redecard provisionou o valor de R\$ 3,0 milhões (30 de setembro de 2010 – R\$ 2,1 milhões), para efetuar campanhas junto a base de estabelecimentos domiciliados pelo Banco Itaú Unibanco.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Remuneração dos diretores e do Conselho de Administração: os diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela sua Administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser destituídos pelo Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria deve ser composta por, no mínimo três e, no máximo, 10 membros. Em 30 de setembro de 2011, a diretoria da Companhia é formada por 7 membros, sendo um Diretor Presidente. O Conselho de Administração é composto de no mínimo 5 e no máximo 10 membros. Em 30 de setembro de 2011 o Conselho de Administração da Redecard é formado por 8 membros, dos quais 4 são Conselheiros Independentes. A remuneração atribuída aos administradores no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e 2010, foi a seguinte:

	30.09.2011	30.09.2010
Remuneração		
Conselho de Administração	418	546
Administradores	1.383	1.761
Participações no lucro		
Administradores	2.685	2.397
Contribuições ao plano de aposentadoria		
Administradores	93	70
Remuneração baseada em ações – administradores	479	262

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Informações complementares

a. Seguros contratados

A Companhia, a despeito de apresentar reduzido grau de risco de sinistro, tem como política contratar cobertura de seguros para os seus ativos, com o custo anual dos prêmios de R\$ 0,2 milhão, e estão divididos em:

Ramo	Bens Segurados	R\$ Milhões	
		Valores em risco	Valores cobertos
RD Patrimonial	Prédios, móveis, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos da Companhia, descritos na apólice.	42,8	42,8
Compreensivo Empresarial	Equipamentos POS e POO e material de sinalização e marketing armazenados em local de terceiros.	24,2	24,2
Responsabilidade Civil	RC Operações – Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; RC Empregador; RC Riscos Contingentes – Veículos terrestres motorizados	2,0	2,0
Transporte Nacional	Mercadorias inerentes ao ramos comercial ou industrial consistindo principalmente de terminais POS, POO (Wireless) e PIN PAD inclusive suas partes, peças e acessórios.	500,0	500,0

(*) O valor total desses equipamentos corresponde a aproximadamente R\$ 450,0 milhões, de acordo com o custo de reposição. Esses equipamentos encontram-se instalados em mais de 1 milhão de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, em todo o território nacional. Para efeito de definição do “valor em risco”, são analisadas, entre outras variáveis, a probabilidade de ocorrência simultânea de sinistros em toda a base de estabelecimentos.

b. Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia ao longo dos anos vem apoiando atividades de pesquisa e desenvolvimento, diretamente relacionadas a lei de Inovação Tecnológica, nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, buscando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores que impliquem em melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade e produtividade.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária em 30 de setembro de 2011.

Acionista	POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							
	Posição em 30/09/2010				Posição em 30/09/2011			
	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador	336.485.354	50,00%	336.485.354	50,00%	336.485.351	50,00%	336.485.351	50,00%
Administradores	4.208	0,00%	4.208	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Conselho de Administração	108	0,00%	108	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Diretores Estatutários	4.100	0,00%	4.100	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	210.448	0,03%	210.448	0,03%	207.793	0,03%	207.793	0,03%
Outros Acionistas	336.270.695	49,97%	336.270.695	49,97%	336.277.553	49,97%	336.277.553	49,97%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%
Ações em Circulação	336.270.695	49,97%	336.270.695	49,97%	336.277.553	49,97%	336.277.553	49,97%

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 30/09/2011				
Companhia : Redecard S.A				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANESTADO PART ADM SERV LTDA	156.201.298	23,21%	156.201.298	23,21%
DIBENS LEAS S ARR MERCANTIL	127.820.698	18,99%	127.820.698	18,99%
UNIBANCO PARTICIPACOES SOCIETARIAS SA	28.380.249	4,22%	28.380.249	4,22%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	24.083.106	3,58%	24.083.106	3,58%
LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC (*)	79.483.650	11,81%	79.483.650	11,81%
OUTROS	257.001.704	38,19%	257.001.704	38,19%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%

(*) LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC é uma empresa sediada nos Estados Unidos

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 30/09/2011				
Denominação : BANESTADO PART ADM SERV LTDA				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANCO ITAULEASING S.A.	4.768.379.543	62,22%	4.768.379.543	62,22%
BANCO ITAUCARD S.A.	2.888.366.113	37,69%	2.888.366.113	37,69%
OUTROS	6.403.099	0,08%	6.403.099	0,08%
TOTAL	7.663.148.755	100,00%	7.663.148.755	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 30/09/2011				
Denominação : Dibens Leasing S.A - Arrendamento Mercantil				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	1.781.039.015	99,99%	1.781.039.015	99,99%
OUTROS	4	0,01%	4	0,01%
TOTAL	1.781.039.019	100,00%	1.781.039.019	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 30/09/2011						
Denominação : Unibanco Participações Societárias S.A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	8.883.378	99,99%	20.727.875	99,99%	29.611.253	99,99%
OUTROS	7	0,01%	3	0,01%	10	0,01%
TOTAL	8.883.385	100,00%	20.727.878	100,00%	29.611.263	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 30/09/2011						
Denominação : ITAU UNIBANCO S/A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (*)	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%
TOTAL	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%

(*) Companhia Aberta com ações negociadas em bolsa

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 30/09/2011						
Denominação : BANCO ITAULEASING S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	20.466.882	32,71%	15.582.774	32,67%	36.049.656	32,69%
BANCO ITAUCARD S.A.	42.103.795	67,29%	32.110.280	67,33%	74.214.075	67,31%
TOTAL	62.570.677	100,00%	47.693.054	100,00%	110.263.731	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 30/09/2011						
Denominação : BANCO ITAUCARD S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	230.652.688.217	96,99%	-	0,00%	230.652.688.217	96,47%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	3.592.433.657	1,51%	1.277.933.118	100,00%	4.870.366.775	2,04%
OUTROS	3.569.521.291	1,50%	-	0,00%	3.569.521.291	1,49%
TOTAL	237.814.643.165	100,00%	1.277.933.118	100,00%	239.092.576.283	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Redecard S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Redecard S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativos ao 3º trimestre de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações do 3º trimestre de 2011.